



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP
CAMPUS BINACIONAL OIAPOQUE
CURSO LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA – CLII
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

Título

ATUAÇÃO DAS LIDERANÇAS NA ALDEIA KUNANÃ (TERRA INDÍGENA JUMINÃ)

ATUASIÕ DJI LIDEHAS-IELA LA KOMUNITE KUNANA (LATÉ ĔDJĔ IUMINÃ)

Discente: **Emerson Vidal Amaral**

Acadêmico das Ciências Humanas, turma 2012

Orientadora: Profa. Dra. Carina Santos de Almeida

Oiapoque, abril de 2018.

ATUAÇÃO DAS LIDERANÇAS NA ALDEIA KUNANÃ (TERRA INDÍGENA JUMINÃ)

ATUASIÕ DJI LIDEHAS-IELA LA KOMUNITE KUNANA (LATÉ ĘDJĚ IUMINÃ)

Discente: **Emerson Vidal Amaral**

Resumo:

Este Trabalho de Conclusão de Curso discute a atuação das lideranças da Aldeia Kunanã, a atualização do perfil do líder da comunidade e, nessa perspectiva, reflete sobre as principais situações e dificuldades que um cacique enfrenta quando está à frente de uma aldeia. O papel da liderança como “cacique”, enquanto representante político do seu povo, surge no contexto do movimento indígena que começa a se articular para buscar melhorias aos povos, reivindicar os direitos e, também, mostrar a necessidade de termos uma liderança engajada no trabalho e desenvolvimento da sua comunidade. Assim, neste estudo entrevistei e conversei com alguns caciques e lideranças da Aldeia Kunanã, com algumas pessoas da comunidade, para mostrar a trajetória do movimento indígena na minha aldeia, destacando a importância em valorizar, respeitar e ajudar o cacique e as lideranças no fortalecimento da nossa comunidade.

Palavras-chave: Cacique; Liderança; Movimento Indígena; Aldeia Kunanã.

Considerações sobre a emergência deste estudo

Eu sou Emerson Vidal Amaral, nasci no dia 22 de dezembro de 1992, moro na Aldeia Kunanã, Terra Indígena Juminã e sou da etnia Karipuna. No ano de 2012 resolvi estudar no curso de Licenciatura Intercultura Indígena (UNIFAP) no Campus Binacional de Oiapoque. Os motivos que me levaram a fazer o curso foram a falta de professores tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio na minha aldeia e também para vir somar forças com o meu povo indígena em prol dos nossos direitos. Contudo, o motivo mais importante que contribuiu nessa escolha foi o fato de me identificar com essa área de trabalho, como professor.

O professor é uma liderança na comunidade, desde o ano de 2016 eu sou professor nas séries de 2º e 3º ano do Ensino Fundamental na Escola Indígena Estadual Maria Catarina

Nunes, na Aldeia Uahá, Terra Indígena Juminã. Antes de me tornar professor passei a ser uma jovem liderança preocupada com a minha comunidade que, por ser pequena e de difícil acesso, comumente não era atendida de imediato em suas necessidades, as vezes faltava medicamento, técnico de saúde, professores, enfim, e por causa de todas essas dificuldades decidi sair para estudar, pois assim poderia ajudar a minha comunidade. Me recordo que um professor não indígena em minha aldeia me incentivou a continuar os estudos, argumentou que se eu quisesse ajudar o meu povo deveria sair para estudar. Assim, naquela época não havia ainda Ensino Médio no Juminã, então convenci minha mãe Edna Nunes Vidal a me apoiar a estudar e completar meus estudos na cidade de Oiapoque. Foi muito difícil morar longe de casa, longe da família, longe de minha comunidade, mas entre 2008 a 2010, com muitos sacrifícios, eu e meu tio Edson dos Santos conseguimos terminar nossos estudos em Oiapoque. Em 2011 fui prestar serviço no Exército Brasileiro, em Clevelândia e, em janeiro de 2012, ao encerrar meu serviço no quartel, estava decidido a voltar para a aldeia quando em Oiapoque estava ocorrendo as inscrições para o vestibular indígena da UNIFAP, dessa forma minha prima Priscila Vidal Barbosa convidou eu e Edson para fazermos o processo seletivo. Fizemos o vestibular indígena e nós três passamos, contudo, as dificuldades continuavam, tivemos que fazer nossa matrícula na UNIFAP em Macapá, cidade que eu sequer conhecia. Em julho começariam as aulas, contudo, ocorreu uma greve na universidade e acabamos por iniciar as aulas no final do ano, em dezembro.

É muito importante ser professor porque ele é responsável por formar o cidadão, o professor faz o aluno aprender a ler e a escrever, prepara as pessoas para serem ou ter alguma profissão, como médico, enfermeiro, professor, entre outras. É muito importante ser professor na minha aldeia porque o indígena sabe trabalhar dentro da comunidade, o professor indígena conhece a realidade do seu povo e esse aspecto facilita muito na revitalização da nossa cultura. Os alunos enfrentam a questão da cultura porque quando o professor não-índio chega na aldeia ele costuma ensinar somente os conteúdos externos e de fora da realidade da comunidade. Já o professor indígena trabalha conteúdos da realidade da aldeia e que abrangem o nosso mundo, assim os alunos não esquecem seus costumes e tradições. O papel do professor é, além do ensinar a ler e a escrever, fazer com

que o estudante se torne uma pessoa autônoma, sobretudo. O professor tem que cumprir com suas obrigações e respeitar o calendário escolar, os costumes e tradições da aldeia, pois a escola trabalha junto com a comunidade.

Segundo Fátima Vidal (2011, p.09) a Aldeia Kunanã teve como primeiros moradores a família de Gabriel do Anjos, casado com Kali e de Vergílio Vidal, casado com Caetana que tiveram o filho José, nas primeiras décadas do século XX. Em 1925 o viajante e etnólogo Curt Nimuendajú empreendeu uma excursão pelo Rio Uaçá, no que ele chamou de Guiana brasileira. Conta que um “brasileiro morador do Igarapé Yuminã”, chamado José Vidal, conduziu-o até a Fazenda Tipok pertencente ao senhor G. Davidson, no “Aracauá”, rio Urucauá, contudo, esse homem não se encontrava, então foi recebido pelo administrador Toussaint, um negro da Trindade. Nimuendajú informa que ambos os homens o ajudaram na comunicação, pois seria “quase impossível” compreender a fala: “Muito agradeço a ele (Toussaint) como também a José Vidal o auxílio e os esforços de esclarecer aos índios os fins da minha viagem, principalmente porque, a princípio, foi quase impossível entender-me com esta gente sem intérprete por não conhecer o *patois créole*.” (NIMUENDAJÚ, 1925, p.04).

Esta aldeia está localizada na Terra Indígena Juminã, que foi homologada no ano de 1992 com uma área total de 41.601 hectares. A Aldeia Kunanã (Foto 01) e a Aldeia Uahá (Foto 02) integram a TI Juminã, sendo que segundo os dados do Posto de Saúde (2017) vivem atualmente 95 pessoas no Kunanã e 144 pessoas no Uahá. Estas duas aldeias estão localizadas na margem direita do igarapé Juminã, um afluente do Rio Oiapoque em seu baixo curso. Toda a região é caracterizada por campos que na época chuvosa alagam, com alguns igarapés envolvidos pelas florestas.

Foto 01: Entrada da Aldeia Kunanã



Fonte: Acervo do autor (2015).

O objetivo deste trabalho é abordar a atuação das lideranças ou caciques na Aldeia Kunanã desde os primeiros tempos da comunidade, nas primeiras décadas do século XX até o presente, evidenciando os trabalhos desenvolvidos pela liderança política enquanto principal representante da comunidade.

Um dos motivos que me levou a escrever sobre a temática das lideranças em minha comunidade foi, sobretudo, porque no passado a Aldeia Kunanã não tinha um representante único como o “cacique”, assim, com o tempo surgiu essa necessidade de representação e a comunidade começou a se reunir e decidiu escolher um representante que seria capaz de ajudar na organização bem como na busca por informações e apoio nos diversos contextos externos, de fora pra dentro da comunidade, conseqüentemente, tentando melhorar cada vez mais a nossa aldeia.

Foto 02: Entrada da Aldeia Uahá, Terra Indígena Juminã



Fonte: Acervo do autor, 2015.

O tema liderança é muito importante para mim. Ser um líder é ter responsabilidade, é quem vai organizar a aldeia e vai ter que sair para participar de vários movimentos na busca de melhorias para sua comunidade. Muitas vezes o cacique enfrenta dificuldades, como a falta de apoio da própria comunidade e de alguns órgãos que são parceiros dos povos indígenas, quando o líder consegue alguma melhoria, todos ficam contentes, mas quando o cacique falha em alguma coisa na sua aldeia a maioria das pessoas estão prontas para criticar o líder e desconhecem o que o seu cacique passa ou enfrenta para alcançar melhorias na saúde, na educação, entre outras.

Todas essas dificuldades que citei acima eu acompanhei na gestão do meu avô, Manuel Ubiratã Vidal, conhecido como Bira. Ele tinha pouco apoio das pessoas da aldeia, recordo-me que sempre se queixava que poucos davam atenção para o que ele falava, até porque ele já estava idoso. Eu sinto muito orgulho de ser seu neto. O cacique Bira sempre foi muito esforçado no trabalho para a nossa comunidade, apesar de que, mesmo assim, haviam pessoas que não gostavam do jeito como ele liderava o povo da aldeia. Foram estas

questões que me motivaram a querer escrever sobre o tema da liderança na Aldeia Kunanã. Bira é filho de Dário Vidal, que por sinal é filho de uma das primeiras famílias que se instalaram no “Puêt Sinal” ou Aldeia Kunanã por volta de 1930 ou 1940 (VIDAL, 2011, p.09 e 10).

Com este trabalho eu posso mostrar como o cacique nas suas atividades de liderança enfrenta e sofre para tentar alcançar melhorias para a comunidade, não só querendo pra si próprio as coisas que ele conquista, mas para todos, a boa liderança sempre age dessa forma. E isso me chamava muito a atenção, uma vez que o cacique Bira não tinha estudo algum, então eu observava o modo como ele organizava tudo e suas atitudes em relação a algumas divergências e atritos dentro da própria comunidade, o cacique buscava por fim organizar e acomodar os conflitos nas reuniões da melhor maneira possível, e nunca sozinho. Hoje eu vejo a minha comunidade bem organizada e isso é reflexo da liderança atual, do cacique Sílvio Nunes Vidal, que vem buscando desenvolver um bom trabalho juntamente com a comunidade. Por sinal, o cacique Silvio é filho da antiga liderança Bira e, em meio as inúmeras dificuldades que enfrenta cotidianamente, recebe o apoio de boa parcela da comunidade, sobretudo dos professores, agentes de saúde e de muitas pessoas da aldeia. Geralmente, o cacique Sílvio quando necessita sair para resolver questões da comunidade sempre leva algum membro da aldeia para ter mais força em sua luta por melhorias.

A figura do “cacique” na Aldeia Kunanã origina-se do papel que já era desempenhado pelo líder comunitário, pessoa que representava a sociedade local. A medida que a aldeia estava crescendo, surge a necessidade de termos um “cacique” – expressão que representa a liderança e que foi incorporada a nossa comunidade a partir das relações com as agências indigenistas, como SPI, FUNAI e CIMI – que ficasse à frente da comunidade para organizar a aldeia, organizando e estabelecendo regras, personagem que passa a construir uma comunicação/ação com outras lideranças, representando a aldeia junto aos órgãos governamentais e não governamentais, tanto do município de Oiapoque quanto do Estado. O papel desse “cacique” é procurar melhorias de vida para a comunidade. É importante ressaltar que no tempo das primeiras famílias que vieram morar no “Puêt Sinal” ou Kunanã

não havia esse perfil de representante, não havia um “cacique”, a comunidade de pessoas era reduzida, não havendo a necessidade de um representante em relação ao mundo externo, mas com o passar do tempo e com as novas demandas dos povos indígenas regionais, a figura do “cacique” aparece como um símbolo do movimento indígena que busca lutar pelos direitos dos povos frente ao governo brasileiro.

Atualmente a escolha do cacique na Aldeia Kunanã é feita através de uma reunião da comunidade, onde todos os membros participam. Até o presente a Aldeia Kunanã teve seis caciques, o primeiro foi o senhor Dário Vidal, já falecido, o segundo foi o senhor Zeca, que contava com o apoio da senhora Joaquina, sua esposa, o terceiro cacique foi o senhor José Ubiraci, já falecido, o quarto foi a senhora Fátima, o quinto foi o senhor Manuel Ubiratã, mais conhecido como Bira, e o atual é o senhor Silvio Nunes Vidal.

Os primeiros líderes passaram, em média, 3 a 4 anos à frente da comunidade, enquanto seu Bira (Manuel Ubiratã) atuou como cacique por 15 anos. O atual cacique está como representante da comunidade desde dezembro de 2015. O cacique tem a responsabilidade de criar e manter a organização da aldeia, com suas regras e normas, junto com a comunidade, que hoje são documentadas, conforme o Anexo 1.

O cargo de cacique não é necessariamente hereditário, pode ser qualquer pessoa da comunidade. Contudo, há casos em que o cargo pode ser transmitido para o filho. Antigamente, para ser cacique, a comunidade escolhia a pessoa mais velha, experiente e responsável, como se reflete no caso do primeiro cacique do Kunanã Dário Vidal. Com o passar do tempo essa ideia foi mudando, hoje pode ser escolhida uma pessoa mais jovem, que deve necessariamente ser responsável, inteligente, entrosada, desembaraçada e que saiba se comunicar perante todos e, perante as lideranças dos órgãos governamentais e não governamentais, sempre em busca de melhorias para a aldeia.

Além do cacique é escolhido também pela comunidade os conselheiros (Foto 04), que são pessoas que o ajudam na tomada de decisões quando encontra dificuldades e, que, precisam ser resolvidas com rapidez, sem a presença imediata da comunidade. O conselho ajuda também a articular o movimento dentro da aldeia, ou seja, é o braço direito do

cacique. Fazem parte do conselho duas pessoas escolhidas pelo cacique e ratificadas pela comunidade. Há ainda outra liderança que cuida da formulação de documentos para o cacique.

Desenvolvi meu trabalho de pesquisa através de entrevistas com duas lideranças da Aldeia Kunanã. No dia 11 de março de 2016 entrevistei o senhor Sílvio Nunes Vidal, atual cacique da aldeia, e no dia 12 de março de 2016, o senhor Manuel Ubiratã (Bira), que foi cacique até 30 novembro de 2015. Para este trabalho quero ressaltar como foi importante as entrevistas para a realização do estudo, metodologia fundamental para sua concretização em Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Este estudo será importante para a comunidade Kunanã, sobretudo porque este TCC poderá ser utilizado como material de pesquisa na escola para os alunos, outrossim, contribuirá para o registro histórico sobre a trajetória das lideranças e caciques da Aldeia Kunanã desde segunda metade do século até 2018.

1. Atuação das lideranças da Aldeia Kunanã

O cacique tem a responsabilidade de organizar sua aldeia e fazer cumprir as normas internas estabelecidas pela comunidade. Além de ser a liderança que representa sua aldeia nos movimentos sócio-políticos relacionados à questão indígena, em reuniões e Assembleias diversas, o cacique representa sua comunidade frente aos órgãos governamentais competentes, como também não governamentais, na busca por melhorias em diversos aspectos, como a saúde e a educação para sua aldeia. Na Aldeia Kunanã o cacique atua desta forma, faz reuniões de dois em dois meses (Foto 03), e quando participa de qualquer reunião fora da comunidade, tem o costume de, ao chegar, convocar o seu povo para trazer os informes à aldeia, deixando todos cientes e atualizados nas notícias do que está acontecendo nos movimentos afora.

Foto 03: Cacique Silvio Nunes Vidal, em reunião com algumas pessoas da comunidade



Fonte: Acervo do autor, 2018.

No passado, antes da atuação da liderança Dário Vidal, não havia cacique na Aldeia Kunanã porque não tinha muita gente vivendo na aldeia e também porque as pessoas não precisavam ter um principal representante como hoje, não havia essa necessidade de um líder para a aldeia ou um líder que representasse a nossa comunidade como ocorre atualmente. Essa necessidade atual está relacionada com os direcionamentos do movimento indígena brasileiro desde as décadas de 1970 e 1980 quando a luta pela terra era protagonizada sobretudo pelos principais ou caciques, que assumiram aos poucos a responsabilidade de conquistar muitas coisas para suas comunidades.

Foto 04: Atuais lideranças da Adeia Kunanã, conselheiro Pedro, cacique Silvio, conselheiro Relfson e o vice-cacique Gildo (da esquerda para a direita)



Fonte: Acervo do autor, 2018.

Até recentemente me recordo de um episódio interessante que ocorreu aqui em minha aldeia. Nossa terra já estava demarcada e homologada e eu tinha por volta de 8 anos de idade quando lembro de que existia bastante contato com os franceses, não índios, que visitavam nossa aldeia. Costumavam vir passear, comprar frutas, realizar trocas de algumas coisas conosco, adquirir artefatos que a comunidade fazia, tudo pago em euro, enfim, vinham conhecer a aldeia em geral. Mas tinha algo que os franceses faziam todas as vezes que iam embora, eles pegavam sacos de plástico de 1 ou 2 litros, enchiam de água e colocavam dentro destes sacos algumas espécies de peixe, principalmente a espécie conhecida como acará, acará barbelo. Com o passar do tempo a liderança e a comunidade começou a ficar incomodada com essa situação e resolveu comunicar a FUNAI de Oiapoque.

Então, resolveram que toda vez que chegasse pessoas desconhecidas ou qualquer pessoa que não fosse da aldeia, esta deveria ter uma autorização do chefe da FUNAI por escrito para poder entrar na comunidade. Assim, desde então essa norma vem sendo cumprida até os dias de hoje.

Porém, por que esses franceses que visitavam nossa aldeia desejavam levar consigo estes peixes? Esse peixe acará é bem pequeno, com as nadadeiras curvadas, na cor preta e branca, muito bonito e as pessoas da comunidade comentaram sobre esse episódio que esses visitantes franceses estavam interessados em levar o acará para o comércio de peixe ornamental em aquário.

Segundo o relato da minha prima, Beatriz Vidal de Figueiredo, quando ela foi para Caiena, capital da Guiana Francesa, território americano e ultramarino francês, ela viu algumas fotos da nossa Aldeia Kunanã em lugares como restaurantes e bares, comenta também que se reconheceu em algumas dessas fotos, bem como reconheceu outras meninas da aldeia, imagens estas colocadas na frente de alguns hotéis em Caiena, chamando a atenção dos turistas. Minha prima afirma também que ela viu outras fotografias da paisagem da comunidade em um evento sobre cultura e turismo, que acontece todo ano no mês de outubro, em forma de exposição para o público geral. Esse evento visa mostrar para o turista alguns lugares disponíveis aos franceses para visitação, contudo, nem todos estes lugares na verdade integram o território francês, algumas das aldeias mostradas estão situadas no lado brasileiro, como a nossa Aldeia Kunanã.

Segundo a liderança Bira (Foto 05) sua participa o e ajuda no processo de demarca o da Terra Indígena Juminã ocorreu antes de se tornar cacique, no tempo do cacique Dário Vidal, seu pai. O senhor Bira e seu irmão Ubirajara, conhecido como Jara, trabalhavam de cozinheiros para o pessoal que estava fazendo a demarca o da terra. Assim, conta que essa a o de demarca o ocorreu em outubro de 1990.

Foto 05: Liderança Bira em viagem da Aldeia Kunanã para a cidade de Oiapoque, no rio Oiapoque



Fonte:

Acervo do autor, 2018.

Segundo Bira e Jara contam, eles tiveram muitas dificuldades de completar a demarcação da TI Juminã, aproveitaram a época de verão, mês de outubro, para percorrer a

parte de campos que, durante o inverno regional costuma ficar alagada. Assim, para a demarcação participaram algumas pessoas da Funai de Oiapoque e de Brasília, havia uma pessoa que media a distância e direção que ficavam as placas. Foram convidados para participar por primeiro os parentes Karipuna e partiram em caminhada na direção do igarapé do Taparabu, mas não demorou muito para se queixarem do campo encharcado, que atolava. Os líderes que estavam à frente da demarcação decidiram que não dava mais para os cozinheiros acompanhar a viagem porque a canoa nem sempre conseguia passar no igarapé ou córrego, pois cada vez mais este secava. A primeira parada foi na região do pequeno lago chamado Saça, decidiram mandar os cozinheiros de volta para a aldeia e cada pessoa que trabalhava na demarcação pegou seu rancho e continuou a caminhada. À noite pararam para descansar, mas tinha muita carapanã (mosquito) e não conseguiram de fato descansar direito e, em consequência disso, todos estavam cansados ao amanhecer. Em virtude da difícil caminhada, algumas tiveram câimbras nas pernas e não conseguiram mais seguir a caminhada da demarcação da TI Juminã (Mapa 01), voltando para a aldeia.

Dois dias depois foi solicitada a ajuda dos Palikur. Quando eles chegaram as pessoas da comunidade se animaram novamente para o processo de demarcação. Continuaram a partir do lago Saça, onde haviam parado para descansar na outra vez. Passaram a roçar o trecho por onde iam demarcar. Tanto Bira quanto Jara contaram que os Palikur não queriam “comida enlatada”, preferiam somente a farinha e que de resto iam dar um jeito, assim, eles comiam peixe, ovos de tracajá e jacaré e, dessa forma, concluíram a demarcação do trajeto que passa pelo campo alagado. Contaram também que, se não fosse os Palikur, eles sozinhos não conseguiriam concluir a demarcação de toda a Terra Indígena Juminã. Esse processo de demarcação foi concluído em uma semana.

O relato de Bira e Jara é complementado por um documento escrito e datilografado por Silvio Camargo (Anexo 02), missionário batista que atuava na época na Aldeia Kunanã, falecido posteriormente num naufrágio de voadeira ocorrido na Ponta do Mosquito, no rio Oiapoque, quando iam missionar na Aldeia Kumarumã. O documento escrito em 06 de janeiro de 1992, assinado pelas lideranças Dário Vidal, José Raimundo da Silva, Raimundo Manoel, José Ubiracy, Bira Vidal, Silvio Camargo e por outra pessoa (assinatura) não

identificada, chamado “Histórico sobre a demarcação da área Indígena Juminã”, relata ações da FUNAI no processo de demarcação bem como as inúmeras dificuldades apontadas por Bira e Jara:

Novamente foi solicitado ajuda de outras comunidades indígenas a região, dessa vez os Palikur da aldeia enviaram 12 de seus brilhantes guerreiros.

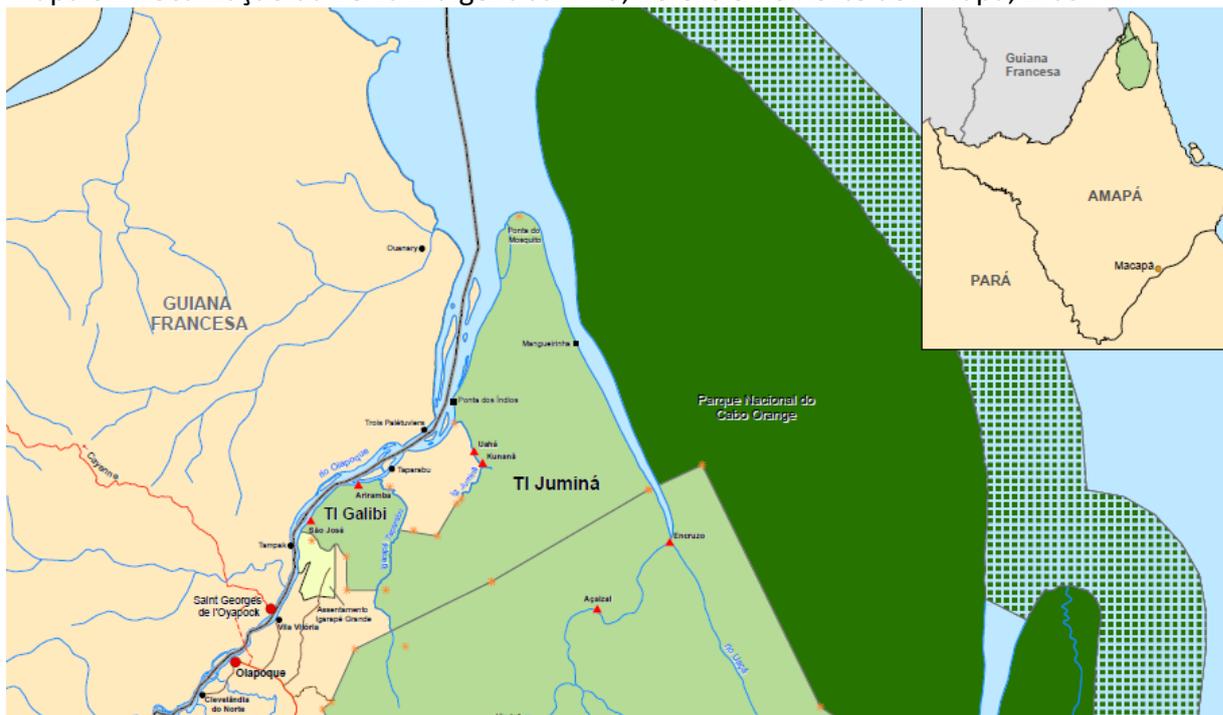
Visto tratar-se de uma área pantanosa, a demarcação não foi fácil. Devido aos imensos atoleiros e o perigo de insetos peçonhentos, por duas vezes os trabalhadores tiveram por desistir, mas no final resolveram prosseguir em frente.

[...]

Em 05/11/91 os técnicos deram por encerrado o trabalho da área indígena Juminã, que tem seus limites a partir do marco Zero (aldeia Kunanã) em direção norte, seguindo o igarapé Juminã até chegar o rio Oiapoque, seguindo este em direção a sua foz até o rio Uaçá, e seguindo este até encontrar a área indígena Uaçá. Na direção sudoeste segue e linha reta até encontrar o igarapé Taparabô, e seguindo este em direção a sua nascente até encontrar a área Uaçá. (p.01)

Este documento encontrado por mim na sede do Posto de Saúde da Aldeia Kunanã é uma cópia do documento original que, infelizmente, foi perdido. Contudo, gostaria de destacar a seguinte frase escrita neste “Histórico”: “[...] tivemos assim uma área muito importante para nossa sobrevivência bem como a de nossos descendentes, por ser uma área rica em caça, pesca e de grande valor ecológico, visto ser também rica em fauna e flora.” (p.02). Tal citação reforça que a nossa área demarcada tem muita importância para o povo da aldeia, com a demarcação o nosso povo não vai mais correr muitos riscos com invasores que queriam desfrutar de nossa terra. Com a demarcação o povo passa a cuidar da terra para que os nossos filhos e netos possam viver futuramente nela, uma terra que tem muito peixe e caça e, ainda, muitos lugares para se plantar todo tipo de alimento.

Mapa 01: Localização da Terra Indígena Juminã, no extremo norte do Amapá, Brasil



Fonte: IBGE, FUNAI, ICMBio, TNC, IEPA, ASTER, SRTM-NASA, 2010.

As lideranças da Aldeia Kunanã ressaltaram um pouco das dificuldades para ser um cacique. Liderar uma aldeia é muito difícil, ainda mais quando a liderança não recebe apoio da comunidade. Os caciques afirmam que é difícil enfrentar as reuniões externas sozinhos, sem ter algum membro da aldeia para acompanhar em suas saídas, assim, destacam que precisam da ajuda de outros membros da comunidade para escutar o que os órgãos estão repassando para os povos indígenas, conseqüentemente, cabe aos caciques repassar as notícias e situações para a sua comunidade. Segundo comenta o cacique Bira: “A dificuldade que eu sentia como eu falei, eu me achava só quando a gente vai para uma reunião, eu não sei ler, eu só escutava, mas o pouco que eu escutava eu passava pra minha aldeia quando eu voltava.” Por outro lado, o cacique Silvio explica que: “Em [face a] uma grande dificuldade, pra você tentar resolver, você tem que ter muita paciência, escutar mesmo pra poder tentar resolver da melhor maneira pra não tá [estar] prejudicando e, não tá arranjando confusão com a comunidade”. Perante todas essas dificuldades que os líderes enfrentam, fica claro na fala dos narradores que procuram resolver os problemas em reuniões que promovem com o seu povo na sua aldeia.

2. As “Normas” de conduta da Aldeia Kunanã

Na Aldeia/Kunanã existe um código de postura interno desenvolvido pelo cacique e comunidade com a finalidade de organizar a nossa vida. Algumas destas “Normas” surgiram na gestão do cacique Manuel Ubiratã (Bira), contudo, não estavam registradas no papel, assim, conforme esclarece o cacique Sílvio, em sua gestão surgiu a ideia de passar a registrar em papel todas as “Normas” da comunidade.

A comunidade Kunanã na gestão de Bira possuía algumas normas internas criadas para atender as demandas daquele tempo. O cacique Sílvio deu continuidade na organização social da comunidade, criou outras normas para resolver as novas demandas que surgiam, e, cabia aos membros da aldeia aprovar as novas regras apresentadas, seu objetivo era organizar a aldeia e proibir algumas coisas que, enquanto liderança, percebia que estavam saindo do controle. Outrossim, o cacique Sílvio explicou-me também que percebia que era necessário ter algumas regras para promover a preservação ambiental na aldeia, conforme é possível verificar no Anexo 01.

Antes da instituição deste código de postura desenvolvido oralmente pelo cacique Bira, as normas de convivência eram criadas de acordo com a situação que surgia e, a punição era também de acordo com a gravidade do ocorrido. O cacique Sílvio afirma que antes do surgimento deste código de postura, estabelecido na gestão do cacique Bira, tudo era resolvido em reunião com todos os membros da comunidade, nada ficava de fora das reuniões, assim, a resolução era tomada por todos da aldeia. A constituição do código de postura escrito, documentado em papel, facilitou a solução das pendências e problemas que surgiam, pois a comunidade conhecia o código e, conseqüentemente, sabia das conseqüências em termos de punição da quebra de regras na aldeia. O cacique tinha a incumbência de zelar e fazer cumprir, por todos, as “Normas da Aldeia Kunanã” (Anexo 1).

As “Normas” que foram criadas e documentadas são as mesmas para as duas aldeias, tanto para o Kunanã, quanto para o Wahá. Contudo, foram criadas para atender a Aldeia Kunanã e, posteriormente, quando inicia a gestão de Edelson da Aldeia Wahá, o cacique não tinha muita experiência de liderar a comunidade, por isso pediu apoio do cacique Sílvio para

comandar o seu povo da Aldeia Wahá, vizinha da Aldeia Kunanã. Até então era um pouco difícil de se trabalhar na comunidade Wahá, as pessoas não tinham mais aquele entusiasmo de confiar em um líder, os ex-líderes não passaram uma boa imagem para o seu povo e quando o Edelson pediu para comandar sua aldeia, todos comentaram que ele não ia dar conta do cargo por ele ser novo na liderança e jovem demais. Dessa forma, o cacique Sílvio, na intenção de ajudar, apresentou as “Normas da Aldeia Kunanã” para o cacique Edelson, perguntou-lhe se ele concordava com estas “Normas” e as disponibilizou para serem adotadas também em sua aldeia. É por essa razão que o documento tem no título “Normas da Aldeia Kunanã, mas atende também ao Wahá. A única “norma” que não tem na aldeia Wahá é o item 13 - que se refere a “proibição de fazer fofoca e mentir na comunidade” -, porque foi feito posteriormente, quando o documento já havia sido entregue a aldeia vizinha.

Explica o cacique Silvio que existem 13 (treze) itens de postura estabelecidos neste código, a construção dessas “Normas” foi realizada no decorrer dos dias, a partir da observação sobre os acontecimentos, assim, aos poucos eram validadas desde a sua criação e aprovação nas reuniões da comunidade, ou seja, de acordo com os acontecimentos, sem data certa para ser publicada.

Dentre as “Normas”, a primeira delas e uma das mais importante é a proibição de atirar com espingarda, em animais no momento da caça, no trecho que liga as aldeias Kunanã e Wahá, bem como, é proibido atirar dentro da aldeia. Diz as “Normas”: “1. Proibido atirar no trecho Kunanã e Wahá e dentro da aldeia. Não importa qual seja o animal, de pequeno e grande porte não pode.” Essa regra de proibição é recente em nossas aldeias, faz alguns anos que foi criada. Assim, antes podia-se atirar em qualquer lugar da aldeia, mas, com a finalidade de proteção, com o passar do tempo pensamos que atirar próximo da aldeia com arma de fogo poderia causar algum acidente, para quem estivesse pescando atrás de alguma árvore ou na moita de aninga, situações em que poderia ser atingido por um tiro.

A segunda, terceira e quarta “Norma”, também apresentada no Anexo 1, se referem a questão do consumo de bebidas alcoólicas na Aldeia, “2. Proibido pegar arma de fogo quando estiver bêbado.”; “3. Proibido vender bebida alcoólica.” e “4. Proibido consumir bebida alcoólica no meio da semana (a não ser quando houver mutirão ou comemoração).” Essas regras são importantes, o consumo de bebida alcoólica traz muita confusão dentro da Aldeia e acaba, em face disso, desorganizando a comunidade, prejudicando a saúde das pessoas da aldeia. O item 2, proibição de pegar arma de fogo quando estiver bêbado, é importante porque algumas pessoas quando estão bebendo querem afirmar e exemplificar que sabem mexer com arma de fogo. Contudo, a maioria das pessoas da comunidade se sente incomodada com esta situação imprudente, porque quando uma pessoa está totalmente bêbada, ela não tem consciência perfeita e, com isso, pode vir a acontecer um acidente ao disparar uma arma (tiro) contra seu colega; ademais, quando há alguma briga entre essas pessoas portadoras de arma de fogo, fazendo uso de bebidas, pode oportunizar uma confusão grave, com consequências de morte.

No período que a Aldeia Kunanã está desenvolvendo trabalho em geral dentro da comunidade é proibido consumir bebida alcoólica no meio da semana, nesse período de trabalho só é possível consumir bebida alcoólica com convidados das roças e, apenas nos finais de semana, mas quando a comunidade entra de férias de seus trabalhos, nos períodos que são paralisadas as aulas, é permitido o consumo em qualquer dia da semana, tanto que se beba com tranquilidade. Contudo, em caso de acontecer algum desentendimento entre as pessoas que estão bebendo, estas serão punidas conforme as nossas normas. Nesse aspecto, nossas normas são claras, não se pode comprar e vender bebida alcoólica, em hipótese alguma, dentro da aldeia, somente é permitido na cidade de Oiapoque.

A norma “5. Proibido brigas”, visa solucionar problemas entre os membros da Aldeia. A briga com o próximo traz desunião dentro da comunidade, faz com que o povo se faccione e, assim, esta norma pretende evitar as brigas para que a comunidade consiga desenvolver seus trabalhos com rapidez, pautados na união dos membros da Aldeia. O cacique muitas vezes na hora da briga, procura acalmar os brigões. No dia seguinte o cacique convoca somente os brigões e o conselho do cacique para decidirem a resolução e punição as

peessoas envolvidas. A punição está associada a um tipo de “briga” ocorrida, se foi muito grave, como no caso de utilizarem armas, a punição é mais pesada, se houve um breve desentendimento, a punição é mais leve. Quando a briga ocorre em família, a resolução da desavença fica entre eles, mas se alguém da família der queixa ao cacique, nesse caso a liderança irá tomar suas providências. O mesmo acontece com as brigas entre marido e esposa, se um deles der a queixa ao cacique, a liderança ouve os dois lados da história para então poder agir e punir quem está errado.

Em relação ao item “6. Proibido trazer pessoas que não moram na aldeia, que não contribui e não pode leva caça ou peixe em grande quantidade para fora da aldeia.”¹ que objetiva proteger a nossa terra de pessoas desconhecidas, é importante destacar que foi elaborado pensando no fluxo de pessoas estranhas entrando e saindo da Aldeia sem permissão da FUNAI e do cacique. Mas caso a pessoa seja conhecida e esteja acompanhada com alguém da Aldeia, essa norma não se aplica desde que ajude na Aldeia com a limpeza e colabore na contribuição financeira, que visa resolver e consertar algum equipamento da Aldeia. Isso significa que essa pessoa terá praticamente, o mesmo direito de quem reside na aldeia.

O item “7. Proibido vender madeira de dentro da área Juminã para fora da aldeia ou Guiana Francesa.” foi construído com o objetivo de contribuir na preservação da floresta. Caso não houvesse essa proibição, em decorrência de haver muitas pessoas que sabem serrar madeira, haveria uma dependência econômica da retirada de madeira. Sabemos que há procura de madeira de lei e, com isso, nossas reservas florestais e de madeira de lei iriam acabar de dentro da comunidade, quando de fato precisássemos, a madeira disponível não seria o suficiente e teríamos que comprar, tornando mais difícil nossa vida na aldeia.

Em relação ao item “8. Não pode falta na limpeza da comunidade (justifique antes ou no dia).”, essa regra foi feita para as pessoas terem responsabilidade com o trabalho comunitário, mas também para que a aldeia esteja mais organizada. Antes da criação desta “Norma” muitas pessoas não tinham compromisso com o trabalho na Aldeia, faltavam no

¹ Procurou-se manter a escrita das “Normas” conforme o documento original, apresentado no Anexo 1.

dia da limpeza, procuravam algum motivo para não estarem presentes e, por isso, criamos essa “Norma”. Mas a pessoa pode faltar desde que justifique antes por motivo de doença, viagem. Nem todos são obrigados a fazer o trabalho da Aldeia, mas se a pessoa sair por motivo pessoal ela tem que avisar o cacique e quando voltar vai ter que realizar sua tarefa em outro momento que não seja o dia da limpeza, que acontece toda sexta-feira pela manhã, das 07h30 às 11h30.

O item “9. Não pode falta nas reuniões da comunidade.” foi criado devido ao fato de que estava ocorrendo muitas faltas das pessoas nas reuniões gerais da comunidade, convocadas pelo cacique. O cacique passa sua demanda nestas reuniões, porém, acontecia que as pessoas que faltavam acabavam sem saber de fato quais era suas tarefas solicitadas pelo cacique e, faltavam os trabalhos da comunidade. Por outro lado, quando o cacique ia tomar satisfação da pessoa, costumava responder que não estava na reunião e que, por isso, não sabiam de nada. Assim, com a existência desta “Norma” ninguém terá desculpas e só terá direito de argumentar e justificar quem participa das reuniões da Aldeia.

A nossa sociedade como muitos outros povos indígenas no Brasil, acessa os alimentos disponíveis em suas terras, em virtude disso, criamos o item “10. Proibido vender peixe e caça para fora.” e o item “12. Proibido malhadeiras nos lagos, campos e igarapés próximo a aldeia.”. Estas “Normas” procuram ajudar na preservação ambiental e na diminuição dos impactos originados da ação econômica. Precisamos atuar na preservação dos peixes e da caça. Há algum tempo atrás algumas pessoas da Aldeia estavam vendendo muito peixe para fora e, com isso, acontecia que as pessoas estavam economicamente dependendo desse comércio sobretudo de peixe. Dessa forma, evitando o comércio em maior escala e o uso das malhadeiras iremos preservar os peixes e, também resgatar o nosso costume de pesca com caniço, porque até então a maioria das pessoas só pescavam de malhadeira. A pescaria de malhadeira espanta demasiado os peixes e faz com que algumas espécies de peixe sumam de perto da Aldeia, como o tucunaré e a piranha que já estavam sumindo. A “Norma” 12 foi instituída há dois anos, desde então, com essa proibição, ninguém pesca de malhadeira e estamos vendo o resultado cotidiano dessa norma. Hoje, vemos e pegamos tucunaré e piranha na proximidade da Aldeia.

O item “11. Não pode transporta bebida alcoólica dentro da voadeira da saúde.” foi criado para mantermos respeito ao órgão de saúde que nos atende, bem como respeito com os pacientes. Essa norma visa evitar acidentes, para que nenhuma pessoa bêbada caia sobre um paciente e também não incomode os adoentados. Significa dizer que antes da “Norma” essas situações ocorriam, era liberado o transporte de bebida alcoólica na voadeira da saúde, apesar de que os pacientes não gostavam do que acontecia e, conseqüentemente, reclamavam para a liderança.

O item “13 Proibido fazer fofoca e mentira, isso da faxina.” foi criado para evitar a desunião das pessoas da Aldeia, estava acontecendo que algumas pessoas estavam se sentido incomodadas e prejudicadas com certa situação de “fofocas” e “mentiras”. Essas situações estavam causando confusões bem como pequenos desentendimentos entre pessoas da nossa comunidade, assim, o cacique resolveu criar esta norma.

Essas “Normas” não existem apenas na minha aldeia, os outros povos e comunidades indígenas de Oiapoque também utilizam “normas” semelhantes a estas, contudo, a maioria das comunidades tem essas regras registradas apenas nas memórias, no conhecimento oral. Aos poucos as lideranças estão usando o papel para escrever as normas de convívio, como por exemplo, a tabela de preços que regula a comercialização dos produtos dentro das aldeias. Nesse sentido, acredito que a nossa comunidade do Kunanã é uma das primeiras que registrou as “Normas” de convívio no papel.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante destacar que a atuação das lideranças se mostra através de inúmeras práticas, como a criação de “Normas” de convívio que descrevi, percebi que a liderança em minha aldeia precisa ser respeitada e o faz com o apoio das regras e das pessoas que compreendem a necessidade de cumpri-las para que juntos possamos conquistar qualidade de vida e boas práticas de convívio. A liderança precisa de reconhecimento e confiança, que advém do respeito da comunidade, por isso que muitas vezes um cacique fica pouco ou muito tempo no exercício deste cargo.

Uma questão central que evidencia a autonomia dos povos indígenas frente aos outros consiste na presença e representação da liderança em nossas aldeias. Devemos valorizar e considerar que ter uma liderança atuando hoje é muito importante para a afirmação de cada povo no contexto brasileiro, pois são os líderes que estão à frente do movimento indígena nacional e que representam nossas comunidades, que lutam pelos nossos direitos. Para o meu povo, uma aldeia pequena em relação aos outros contextos indígenas no Brasil, a existência da liderança é fundamental para a manutenção e fortalecimento comunitário, são essas lideranças que organizam da melhor maneira possível a comunidade, são essas lideranças que enfrentam as dificuldades juntos aos órgãos de atendimento aos indígenas e junto aos governos local, estadual e nacional na garantia de melhorias de vida para o povo da aldeia.

Se não houvesse uma liderança na aldeia a nossa vida seria muito mais difícil porque não haveria articulação e união, dessa forma, viveríamos isolados e cada família por si. Na hora de buscar e reivindicar os nossos direitos é necessário ter pessoas para lutar em busca de melhorias para o povo, afinal, como iríamos conseguir uma escola, um posto de saúde, professores e agentes de saúde, entre outras necessidades, sem termos uma liderança lutando por isso? Nossas conquistas são fruto da atuação das lideranças.

A existência do movimento indígena seja ele local, regional ou nacional é fundamental porque representa a união dos povos indígenas, percebemos na trajetória histórica de nossas sociedades que foi através deste movimento que reunimos forças para lutar em prol dos nossos direitos. O movimento indígena permitiu conquistar melhorias para as comunidades, possibilitou o atendimento de nossas necessidades, algo que não ocorria no passado histórico.

REFERÊNCIAS

NIMUENDAJÚ, Curt. **Os índios Palikur e seus vizinhos**. Alter do Chão, 1926 (Documento de acesso restrito).

VIDAL, Fátima. **História da Aldeia Kunanã**. Trabalho de Conclusão de Curso, Licenciatura Intercultural Indígena, UNIFAP. Oiapoque, 2011.

VIDAL, Manuel Ubiratã. **Entrevista cedida à Emerson Vidal Amaral em 12 de março de 2016**, na Aldeia Kunanã, Terra Indígena Juminã, 2016.

VIDAL, Silvio Nunes. **Entrevista cedida à Emerson Vidal Amaral em 11 de março de 2016**, na Aldeia Kunanã, Terra Indígena Juminã, 2016.

ANEXO 1

As normas da Aldeia Kunanã

1. Proibido atira no trecho kunanã e wahá e dentro da aldeia. Não importa qual seja o animal, de pequeno e grande porte não pode.
2. Proibido pegar arma de fogo quando estiver bêbado.
3. Proibido vender bebida alcoólica.
4. Proibido consumir bebida alcoólica no meia da semana (a não ser quando houver mutirão ou comemoração).
5. proibido brigar.
6. Proibido trazer pessoas que não mora na aldeia, que não contribui e não pode leva caça ou peixe em grande quantidade para fora da aldeia.
7. Proibido vender madeira de dentro da área juminã para fora da aldeia ou guiana francesa.
8. Não pode falta na limpeza da comunidade (justifique antes ou no dia).
9. Não pode falta nas reuniões da comunidade.
10. Proibido vender peixe, caça para fora.
11. Não pode transporta bebida alcoólica dentro da voadeira da saúde.
12. Proibido malhadeiras nos lagos, campos e igarapés próximo a aldeia.
13. Proibido fazer fofoca e mentira, isso da faxina.

ANEXO 2

Histórico sobre a demarcação da área Indígena Juminã

HISTÓRICO SOBRE A DEMARCAÇÃO DA ÁREA INDÍGENA JUMINÃ

O povo do Juminã é uma fusão dos povos Karipuna, Galibi - Maruorno e Palikur. Residem este local há mais de sessenta anos, mas em toda sua área é encontrado vestígios dos indígenas antigos que aqui residem, tais como: Cacos de louça, machadinhas de pedras e artesanatos de imitação de bichinhos e peças de barro.

Cientes de que estas terras pertencem por direito e dever aos povos indígenas, alguns líderes resolveram conversar com autoridades, a quem de direito, sobre a demarcação, evitando assim a invasão de suas terras e problemas futuros.

Então no final do ano de 1984, uma antropóloga da FUNAI, em companhia do então chefe de ajudância de Oiapoque, Sr. Frederico de Miranda, os quais fizeram um estudo, para avaliação e delimitação de mesma. Desde essa época os líderes ficaram mais animados e começaram a pedir o apoio das outras lideranças indígenas da região, bem como outras organizações. Nesta época a área foi identificada.

Em 15/07/90 recebemos a visita de uma comitiva da FUNAI, liderada pelo Sr. Di-narte Medeiros (4ª SUER/Belém), que verificou as condições da área e a possibilidade de e necessidade de demarcação. Nesse mesmo dia se comprometeu encaminhar até Brasília o processo o mais breve possível. Sua promessa não foi em vão, pois no princípio de novembro do mesmo ano chegou aqui no Juminã uma equipe de topógrafos da FUNAI para iniciar a demarcação da área. Sr. José Aparecido Briner (SUAF/Brasília), Jaime Santos Brito (FUNAI/São Luiz) e Afonso Rache (FUNAI/Belém) chegaram dispostos a levar o trabalho em frente. Como nossa comunidade é pequena, não tínhamos os elementos necessários para montar equipes de trabalho; por isso foi solicitada ajuda às comunidades Karipunas e Galibi, as quais atenderam prontamente e enviaram vários de seus guerreiros. Tivemos também todo o apoio da FUNAI local que, não só providenciou todo o necessário como também enviou alguns de seus servidores para acompanhar o trabalho. Tudo começou muito bem, até que em 22/11/90 o trabalho teve que ser paralizado por motivo de fortes chuvas na região, impossibilitando o desempenho da tarefa; mas nesse mesmo dia foi sugerido que a melhor época para a conclusão do trabalho seria em outubro de 1991, época em que o verão é mais forte, possibilitando assim a locomoção das equipes.

Esse trabalho não ficou esquecido por parte da FUNAI, pois no dia 13/10/91 chegou aqui no Juminã os técnicos que deveriam levar avante o que fora paralizado no ano passado. Sr. Orisson Leite Ramalho (SUAF/Brasília), Antônio Abrahão de Oliveira (FUNAI/Belém) e mais Mario, Haroldo e Reginaldo (FUNAI/Oiapoque) vieram preparados para prosseguirem no trabalho até o final.

Novamente foi solicitado que os outros comunitários indígenas da região
dessa vez os Palikug da aldeia Kumene enviaram 12 de seus brilhantes guerreiros.

Visto tratar-se de uma área pantanosa, a demarcação não foi fácil. Devido aos imensos atoleiros e o perigo de insetos peçonhentos, por duas vezes os trabalhadores tiveram que desistir, mas no final resolveram prosseguir em frente.

Em 05/11/91 os técnicos deram por encerrado o trabalho da área indígena Juminã, que tem seus limites a partir do marco Zero (aldeia Kunanã) em direção norte, seguindo o igarapé Juminã até o rio Diapoque, seguindo este em direção a sudeste, até o rio Uaçá, e seguindo este até encontrar a área indígena Uaçá. Na direção sudoeste segue em linha reta até encontrar o igarapé Taparabô, e seguindo este em direção a sua nascente até encontrar a área indígena Uaçá.

Tivemos assim uma área muito importante para a nossa sobrevivência bem como a de nossos descendentes, por ser uma área rica em caça, pesca e de grande valor ecológico, visto ser também rica em flora e fauna.

Agora, cabe a nós aguardar o processo de homologação que nos dará a posse definitiva de nossa propriedade, e para isso continuamos contando com o apoio das lideranças indígenas e a competência de nossas autoridades.

Aproveitando a assembleia das lideranças indígenas dos quatro povos indígenas da região do Diapoque, realizada aqui no Juminã nos dias 05 e 08/01/92, estamos colocando nossa situação diante de todos, ocasião em que todos os líderes se comprometem a lutar no sentido de ver nossa área homologada, e assim contamos com a atenção do Sr. Presidente da República a atender nossa solicitação. Outrossim colocamos a disposição de nossos irmãos Oiampi, a fim de ajudá-los na demarcação de sua área.

Juminã, 06 de janeiro de 1992

LÍDERES:

Dario Pical
Jose Raimundo da Silva
Raimundo da Silva
Jose da Silva
Raimundo da Silva
Raimundo da Silva
Raimundo da Silva